

De fevereiro a outubro de 2010, exerceu funções na área de recursos humanos como técnica superior na ex-secretaria-geral do extinto Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

De maio de 2003 a janeiro de 2010, exerceu funções de técnica superior e de consultadoria jurídica na extinta Direção-Geral de Informática e apoio aos serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) do Ministério das Finanças e da Administração Pública;

De 2002 a 2003, exerceu funções de técnica superior no âmbito jurídico do Direito do Trabalho, na Inspeção-Geral de Trabalho;

De 1998 a 2002, exerceu as suas funções de consultora jurídica e de coordenadora da área de recursos humanos no Gabinete de Apoio, Estudos e Planeamento da Presidência do Conselho de Ministros;

De 1983 a 1998, exerceu funções administrativas na área de recursos humanos no Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

#### 5 — Outra Experiência Profissional

Fez parte do secretariado do II Congresso Iberoamericano, realizado em Lisboa sob a égide da Secretaria de Estado da Segurança Social e do Congresso “As Migrações” da Segurança Social

Participou no grupo de trabalhos para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de outubro no ISCSP.

207073311

### Despacho n.º 8451/2013

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 6158/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio de 2013, com vista ao preenchimento do cargo de Diretor de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, cargo de direção intermédia de 1.º grau da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Pollyana Maria Martins Pereira Soares, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Direção de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas.

Assim, designo para o cargo de Diretor de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, a licenciada Pollyana Maria Martins Pereira Soares, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com efeitos a 1 de julho de 2013.

A designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do citado diploma legal.

26 de junho de 2013. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

### Nota curricular de Pollyana Maria Martins Pereira Soares

#### 1 — Dados Pessoais:

Nome: Pollyana Maria Martins Pereira Soares.  
Data de nascimento: 4 de Maio de 1966.

#### 2 — Habilitações académicas:

1985-1990 — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Menção de Ciências Jurídico-Políticas.

#### 3 — Formação específica:

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública; Direito da função pública; gestão pública; contratação pública; contencioso administrativo; protocolo.

#### 4 — Experiência profissional:

De outubro de 2012 a atualidade — diretora de serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego, em regime de substituição;

De junho de 2012 a setembro de 2012- exercício de funções inerentes à carreira técnica superior, no âmbito da assessoria jurídica, na Comissão para a Cidadania e para a Igualdade;

De julho de 2011 a junho de 2012- diretora de serviços de Comunicação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De junho de 2010 a julho de 2012 — chefe de divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Profissional da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De setembro de 2009 a junho de 2010 — exercício de funções inerentes à carreira técnica superior, no âmbito da assessoria jurídica, na Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional;

De setembro de 2002 a agosto de 2009 — chefe de divisão no Gabinete de Assuntos Jurídicos e de Relações Públicas do Arsenal do Alfeite;

De fevereiro de 1993 a setembro de 2002 — chefe do serviço de Contencioso do Arsenal do Alfeite

De maio de 1991 a fevereiro de 1993 — responsável pela área jurídica na Gestifundo -Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

#### 5 — Outra experiência profissional:

Inscrição na Ordem dos Advogados desde 02/07/1992 — cédula n.º 9821L — Inscrição suspensa, em razão das funções exercidas, desde 01 de Setembro de 2009.

207073296

### Despacho n.º 8452/2013

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 5515/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 23 de abril de 2013, com vista ao preenchimento do cargo de Diretor de Serviços de Contratação Pública e Património, cargo de direção intermédia de 1.º grau da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Célia Maria Rodrigues dos Santos, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Direção de Serviços de Contratação Pública e Património.

Assim, designo para o cargo de Diretor de Serviços de Contratação Pública e Património, a licenciada Célia Maria Rodrigues dos Santos, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

A designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do citado diploma legal, com efeitos a 1 de julho de 2013.

26 de junho de 2013. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

### Nota Curricular de Célia Maria Rodrigues dos Santos

#### 1 — Dados pessoais:

Nome: Célia Maria Rodrigues dos Santos.  
Data de Nascimento: 25 de novembro de 1966.

#### 2 — Habilitações Académicas:

2008 — Curso Pós-Graduado de Atualização em “O Novo Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas”, do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1991 — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

#### 3 — Formação Específica:

2011 — Código dos Contratos Públicos (INA);

2011 — Código dos Contratos Públicos na Aquisição de Bens e Serviços (STE) 2010 — Corrupção e Criminalidade Financeira (CEJ);

2009 — Propriedade Intelectual — Direitos de Autor e Direitos Conexos (CEJ);

2008 — O Novo Regime de Responsabilidade Extracontratual do Estado (SGMFAP);

2008 — O Código dos Contratos Públicos (SGMFAP).

#### 4 — Experiência Profissional:

Desde 23 de junho de 2010 até este momento, exerceu funções na carreira de técnico superior, na Unidade Ministerial de Compras, da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças;

De 1 de março de 2007 até 22 de junho de 2010, exerceu funções nas carreiras de jurista, consultora jurídica e técnica superior, na Direção de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças;

De 14 de fevereiro de 2000 a 28 de fevereiro de 2007, exerceu funções na carreira de jurista, no Gabinete Jurídico e Contencioso da ex-Direção-Geral de Viação do Ministério da Administração Interna.

#### 5 — Outra Experiência Profissional:

Exercício de advocacia de 1993 até 2000 em regime de profissão liberal.

De 1994 a janeiro de 2000 ministrou formação profissional nas áreas: Direito das Obrigações e Registo Comercial, Predial e Automóvel; Direito Comunitário; Propriedade Horizontal e Gestão de Condomínios; Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;

Ministrou ainda duas ações de formação sobre o tema “Plataforma UMC — Extranet”.

207073377

### Despacho n.º 8453/2013

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 6157/2013, publicado no *Diário da República*, 2ª série, n.º 90, de 10 de maio de 2013, com vista ao preenchimento do cargo de Diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, cargo de direção intermédia de 1.º grau da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre o candidato João Manuel Domingos da Silva Rolo, o qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Direção de Serviços de Auditoria e Controlo Interno.

Assim, designo para o cargo de Diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, o Engenheiro João Manuel Domingos da Silva Rolo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com efeitos a partir de 1 de julho de 2013.

O designado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do citado diploma legal.

26 de junho de 2013. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

### Nota Curricular de João Manuel Domingos da Silva Rolo

#### 1 — Dados Pessoais:

Nome: João Manuel Domingos da Silva Rolo Data de Nascimento: 30 de Abril de 1964.

#### 2 — Habilitações Académicas:

2008 — Mestre em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — ISCTE.

2000 — Especialização em Gestão (Programa Avançado de Gestão para Executivos), pela Escola de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

1990 — Licenciatura no curso de Engenheiro Silvicultor/Florestal (Ramo Industrial), pelo Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa. Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros com o n.º 31848.

#### 3 — Outra Formação Complementar:

2013 — Curso de Pós-Graduação em Direito e Prática da Contratação Pública (em fase de conclusão), da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Escola de Lisboa);

2009 — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, do Instituto Nacional de Administração, atual Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas.

#### 4 — Experiência Profissional:

Outubro de 2012 até à data — Diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, em regime de substituição na Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

Dezembro de 2009 a setembro de 2012 — Diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Julho de 2007 a dezembro de 2009 — Diretor de Serviços de Auditoria e Controlo Interno, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação.

Outubro de 2006 a junho de 2007 — Chefe de Divisão da Direção de Serviços de Auditoria, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação.

Abril de 2004 a Outubro de 2006 — Chefe de Divisão da Direção de Serviços de Auditoria, no Gabinete de Gestão do Ministério da Economia.

Janeiro de 2008 até à data — Membro do Conselho de Coordenação de Avaliação da Secretaria-Geral.

Julho de 2007 até à data — Representante da Secretaria-Geral no Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado e demais secções especializadas.

Desde dezembro de 2007 — Assessor Principal (carreira de técnico superior) do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação.

Abril de 2003 a março de 2004 — Técnico Superior da Direção-Geral da Empresa, tendo exercido diversas funções de coordenação e responsabilidade na Direção de Serviços de Estudos e Avaliação da Atividade Industrial.

Dezembro de 2000 a março de 2003 — Técnico Superior da Direção-Geral da Indústria, tendo exercido diversas funções de coordenação e responsabilidade na Direção de Serviços de Modernização Industrial.

Outubro de 1992 a novembro de 2000 — Técnico Superior da Direção-Geral da Indústria, tendo exercido diversas funções de coordenação e responsabilidade na Direção de Serviços das Indústrias dos Produtos Minerais não Metálicos Cortiça, Madeira, Pasta, Papel e Artes Gráficas.

#### 5 — Outra Experiência Profissional

Janeiro de 1991 a setembro de 1992 — Diretor Executivo da Associação Portuguesa de Comércio e Indústria de Madeiras, atual AIMMP — Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal.

Dezembro de 1990 a março de 1992 — Consultor da Empresa Geral do Fomento/Serviços de Apoio, Gestão e Estudos, SA (EGF/SAGE), nos setores Silvícola, Agrícola e Indústria de Transformação, na elaboração dos Planos Diretores Municipais de diversos Concelhos. Outubro de 1989 a dezembro de 1990 — Estação Florestal Nacional, no Departamento de Bioquímica, exercendo funções de pesquisa e desenvolvimento em trabalhos relacionados com o setor corticeiro.

Fevereiro de 1989 a outubro de 1989 — Instituto Superior Técnico, no Departamento de Termodinâmica Aplicada e Mecânica dos Fluidos, exercendo funções de pesquisa e desenvolvimento em trabalhos relacionados com o setor corticeiro.

207073352

### Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

#### Despacho n.º 8454/2013

Por despacho de 1 de março de 2013, autorizei a abertura do procedimento concursal para provimento do cargo de diretor da Direção de Inspeção (DI) deste Instituto, previsto nos artigos 1.º, n.º 1, alínea c), e 2.º, ambos da Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro.

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a oferta foi publicada através de aviso de abertura publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 12 de março de 2013, e no jornal *Público* e na bolsa de emprego público — BEP, em 13 de março de 2013.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento e considerando ser um candidato com uma vasta formação e experiência, forte motivação, sentido crítico e capacidade organizativa e de planeamento, bem como empenho e determinação para a assunção de responsabilidades diretivas, tal como se evidencia na nota curricular anexa ao presente despacho, dele ficando a constituir parte integrante, deliberou propor a nomeação do candidato Pedro Manuel Ribeiro Coimbra para o cargo de diretor da Direção de Inspeção, cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nomeio para o cargo de diretor da Direção de Inspeção (DI) do InCI, I. P., em comissão de serviço por três anos, renováveis, com efeitos a contar de 1 de julho de 2013, o licenciado Pedro Manuel Ribeiro Coimbra, inspetor do mapa de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças.

14 de junho de 2013. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo (em substituição legal do Presidente do Conselho Diretivo), *Fernando José de Oliveira da Silva*.